

V ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Brasília, 06/dezembro/1997-SINPRO-DF
Coordenação GTPA/DF-Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno

TEMA: RECUPERANDO E ATUALIZANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL (*)

"O caminho se faz a caminhar"

Maria Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

"Algumas das proibições como necessidade do pacto colonial:
Lei de 20.02.1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse
o vindo de Portugal (as salinas brasileiras já eram conhecidas)
Carta Régia de 30.06.1766, proibindo em todo o Brasil o
ofício de ourives

Alvará de 20.03.1720, proibindo letras impressos no Brasil
Carta Régia de 26.04.1730, proibindo correio por terra no
Brasil

Alvará de 16.12.1794, proibindo o despacho de livros e
papéis para o Brasil

Aviso de 18.06.1800 ao capitão-general de Minas,
repreendendo a Câmara de Tamanduás por ter instituído uma
aula de primeiras letras.

O tupi, chamado de língua brasilica, foi proibido de ser falado
no Brasil, por proclamação do governo português, datada de
1727" (ver FREIRE, Ana M.A. Analfabetismo no Brasil: da
ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou
de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas
(Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias
e Grácias até os Severinos. São Paulo, Cortez: Brasília, DF:
INEP, 1989.)

"Construída como desafio, Brasília ergue-se no planalto central como a
nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não
alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

(*) Atualização do texto apresentado no I Encontro do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens adultos do Distrito
Federal e Entorno, organizado pelo GDF-SE/FEDF/UEJA-SEPPIS, GTPA-DF, UnB, OAB, UCB com apoio da FE/UnB,
MEB, ASEFE, AEC, SINPRO-DF, SAE, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB, 26 e 27/05/95.

Desde 1963, a Universidade de Brasília, ousada como proposta
universitária, esteve presente nas tentativas de Alfabetização de jovens e
adultos no Distrito Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as
atividades de formação e supervisão dos Círculos de Cultura com a participação

de estudantes e moradores do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1964. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil em 1978. O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF criado pelo regime militar, em 1970, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação a ação alfabetizadora.

Na transição democrática no Distrito Federal, desde 1985, quando em julho iniciou o primeiro Círculo de Cultura para Alfabetização de adultos na Escola Normal de Ceilândia - Complexo "A" da FEDF, como decisão da comunidade com a direção eleita (Prof. Erasto Fortes Mendonça), houve uma opção pelo chamado "método Paulo Freire", cuja orientação foi possível pela contribuição de mestrandos de educação da Faculdade de Educação da UnB.

Assumindo na prática o conceito de Paulo Freire - "EDUCAÇÃO É UM ATO ESSENCIALMENTE POLÍTICO", como era esperado, ao longo desses doze anos (1985/97) vêm se aglutinando jovens estudantes e/ou trabalhadores (entre esses professores), muitos deles expressões de lideranças nas organizações populares, sindicais, acadêmicas, religiosas, movimentos estudantis com o objetivo de ALFABETIZAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS no Distrito Federal e Entorno.

Fruto desse esforço de organização constituiu-se, em 20.10.89, o GTPA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal), que tem sido o espaço de reflexão dessa práxis educativa e de decisão e coordenação de ações, inicialmente, tendo como motivo imediato o AIA/90 - Ano Internacional de Alfabetização - 1990.

Conforme Relatório sumário do GTPA/DF (anexo), muitas atividades já foram desenvolvidas a partir do I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF de 16 a 18 de fevereiro de 1990, que marcou o compromisso dos participantes de assumir suas conclusões, particularmente do EXERCÍCIO PRÁTICO da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Enfrentando as dificuldades conjunturais e compreendendo cada vez mais as raízes estruturais da alfabetização de jovens e adultos em nosso país e no Distrito Federal, em particular, os participantes do GTPA/DF contribuíram com propostas para elaboração da LEI ORGÂNICA DO DF, tanto na "apresentação de sugestões" para a Comissão Temática - Ordem social e Meio-ambiente (setembro/91), quanto nas duas emendas populares - substitutivo Art.236 e aditiva Título VIII Disposições, Transitórias, apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia-CEPAFRE, Centro Popular de Educação e Cultura -CPEC/Gama e SAE (julho/92).

Por influência do GTPA/DF desenvolveu-se uma experiência no Município de Luziânia (Goiás), a partir do SERPAJ-Serviço Paz e Justiça do Pedregal, que muito contribuiu para avanços nos compromissos da Câmara Legislativa e da

Prefeitura Municipal, esta através da Secretaria Municipal de Educação implantou a alfabetização de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais, sob a supervisão do SERPAJ/Pedregal e UnB/Decanato de Extensão/Faculdade de Educação.

Durante este período de 1989 a 1997 (novembro) o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF, ampliando para o ENTORNO e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário nas instâncias distrital, federal, estadual e municipal, sindicatos, universidade, organizações religiosas. Organizações populares, empresas organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos e grupos de voluntários (ver gráfico anexo)

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do governo democrático e popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela então Universidade Católica de Brasília, iniciado no segundo semestre de 1993, com a aplicação do método Dom Bosco, abrange treze regiões administrativas do DF e duas cidades de Goiás com a participação de estudantes de 2º grau e universitários, somando-se ao esforço organizado de outras organizações não governamentais presentes no GTPA/DF, que já alcançaram outros estados brasileiros. O Programa de Alfabetização do Banco do Brasil - BB Educar, iniciado em 1990, com a contribuição do CEPAFRE, participante do GTPA/DF, já alcança significativo número de municípios de vários estados em nosso país.

Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF, através da FEDF, iniciou-se em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBRAL), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87). O Projeto de Extensão Educacional formulado pela FEDF, em 1992, priorizou a parceria com a indústria de construção civil e alguns órgãos públicos.

Diante da nova conjuntura política marcada pelo Governo democrático e popular, estabelecidas novas relações entre GDF/S.E./FEDF/UEJA e sociedade civil, reconhecido o caráter do GTPA/DF e, tendo presente as PROPOSTAS aprovadas no III Encontro PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e a Lei 849 de 08.03.95 que criou o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, o **FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS NO DF E ENTORNO** constituiu um novo espaço de exercício das parcerias necessárias entre o governo e a sociedade civil organizada.

Todo este esforço de AÇÃO CONJUNTA apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de reposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de

moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem EXPULSADO os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula).

Analisando a relação de fatos significativos no exercício da referida AÇÃO CONJUNTA, principalmente, a partir de 1995, é possível constatar um avanço na efetividade das parcerias locais (cidades) e municipais. na garantia legal de algumas das antigas e insistentes reivindicações propostas, desde 1985, e no atingimento progressivo da meta de erradicação do analfabetismo do DF e Entorno.

Constata-se, também, o acúmulo de uma nova prática de parceria própria das características de um governo, que se propõe democrático e popular, e como tal, exige no Distrito Federal, o permanente exercício de afirmação da autonomia dos setores organizados da sociedade e a ética na aplicação dos recursos públicos para a AÇÃO ALFABETIZADORA.

Reafirmando que o analfabetismo é um problema estrutural, a AÇÃO ALFABETIZADORA, por definição, exige a prática da mobilização, formação e organização política de alfabetizadores e alfabetizandos na direção da transformação da sociedade.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE, elaborado e aprovado pelos setores organizados da sociedade brasileira (II CONED - II Congresso Nacional de Educação) e entregue ao Congresso Nacional, em 03 de dezembro do corrente ano, constitui o atual instrumento para construção de uma nova sociedade brasileira sem analfabetos."

(Texto extraído da exposição "Recuperando e Atualizando a História da Alfabetização no Distrito Federal" da Professora Maria Luiza Pereira Angelim - Faculdade de Educação - UnB, no V Encontro Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno, em 06/12/97)